

Momento de serenidade

É curioso ver como se está decidindo o destino das instituições: na citação (errada) de ordens dadas no fragor de batalha de cuja sorte dependia o futuro da Pátria. Se antes das eleições de 1986 havia quem reclamasse que o nível dos debates entre os candidatos não refletia a necessidade de esclarecer o povo sobre a importância das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, o que se vê agora é muito mais deprimente. Em 1986, afinal, vivia-se na euforia do Plano Cruzado e todos cuidavam de eleger aquele que consideravam o mais indicado para ocupar o cargo de governador. Deputados e senadores, na tradição da República, tinham pouca importância, de maneira que o que diziam ou poderiam dizer sobre este ou aquele aspecto da futura Carta Magna não despertava maiores atenções. Agora, não. Agora, são os constituintes que têm pouco a dizer, e o presidente muito menos. Os únicos que falam alguma coisa com algum sentido são os ministros militares, que procuram dizer aos membros da Assembléia que a situação é seriíssima, tão grave que se decidirem fazer o mal, que é a eleição presidencial em 1988, deverão produzir aquilo que consideram a desgraça, que são as eleições gerais em todos os níveis, já e agora — o que para nós seria a salvação das instituições.

O presidente está jogando o que lhe resta de prestígio e poder para convencer os constituintes de que o mandato de cinco anos abrirá caminho para a salvação da Pátria. Seu raciocínio poderia assim ser resumido: a Assembléia Nacional Constituinte decidindo por cinco anos, s.exa. terá condições de realizar um final de governo austero, sobre o qual não parem suspeitas de corrupção; de presidir de maneira ativa a elaboração das leis complementares à Constituição; de pôr em ordem as finanças; de superintender (se não comandar) a reorganização do sistema partidário, enfim de ser presidente da República em sistema presidencialista de governo (que é aquele com que sonha). Os ministros militares, que apóiam a tese do presidente, enunciam um sofisma: só depois de votadas as leis complementares, reestruturado o sistema partidário e restabelecida a ordem nas finanças públicas será possível realizar eleições presidenciais. Então, segundo eles, o eleitorado não se deixará seduzir pela demagogia dos que irão explorar a inflação, nem exacerbar a luta de

classes. Antes disso, imaginam, a demagogia tomará conta das ruas e o sr. Leonel Brizola se consagrará presidente nas urnas.

No raciocínio do presidente e dos ministros militares, a paz do Senhor reinaria no Brasil se a Constituinte decidisse de acordo com as pretensões deles. Recebendo a unção dos cinco anos, que lhe daria a legitimidade perseguida desde a morte de Tancredo Neves, o presidente Sarney governaria, poria fim a todos os males e o povo, esclarecido, elegeria o melhor dos brasileiros para a Presidência. Nesse momento, o demagogo já não representaria perigo, tendo deixado de existir. Ora, é difícil acreditar em mudança tão rápida e profunda nas condições sociais e históricas em que se está desenrolando o drama brasileiro. De nossa parte, temos a firme convicção de que em 1989 as situações serão semelhantes, neste sentido muito preciso: o presidente Sarney empenhando-se a fundo no combate à inflação criará tais condições sociais que o governo se tornará mais impopular do que é hoje, se for possível dizer. Em outras palavras, com os cinco anos e dotado de plena legitimidade, o presidente Sarney, disposto a governar como deveria tê-lo feito desde 28 de abril de 1985 ao sair da missa de sétimo dia por intenção da alma de dr. Tancredo Neves, apenas criaria condições para que a demagogia populista triunfasse com muito mais vantagem. Não foi assim, por acaso, em 1950, quando Vargas voltou nos braços do povo (pelo menos foi o que se disse) porque a inflação minara a popularidade e o prestígio do presidente Dutra, que havia governado com o apoio dos grandes partidos, especialmente do maior deles, o PSD do dr. Ulysses?

O político José Sarney desacostumou-se às flutuações da opinião pública. Os 20 anos de regime autoritário fizeram que deixasse de ver que ela flutua ao sabor de ventos muito leves, e que em tempo de crise (isto é, de inflação alta ou de combate à inflação) se situa sempre contra o governo. Por não saber mais das coisas, insiste nos cinco anos, no presidencialismo, contando com o apoio dos ministros militares. O triste é que nem s. exa. nem seus auxiliares se deram ao trabalho de pensar o risco a que expõem o Estado e as Forças Armadas nessa aventura sem nexos.

É para as Forças Armadas que se volta nossa preocupação. Não há razão evidente

para que seus ministros as envolvam numa disputa político-partidária, que tem muito de pessoal. O sr. Leonel Brizola é um perigo para o Brasil? Terá sido, com certeza. Hoje, estabelecido o sistema de eleições em dois turnos, ter como certa sua eleição é proceder como se se tivesse a certeza de que amanhã o sol não nascerá. Há filósofos da ciência que demonstram por *a* mais *b* que essa possibilidade existe. Sucede, porém, que nenhum dos mortais age em função desse raciocínio logicamente talvez correto. Ademais, o povo brasileiro não perdeu aquela sensibilidade que lhe permitiu enfrentar com êxito momentos delicados, como a crise que levou à maioridade, em 1840, a proclamação da República, a revolução de 1930, a crise de 1964. Sendo civis, acreditamos na capacidade de o povo discernir entre o bem e o mal, se encontrar nas instituições o balizamento que lhe permita exprimir corretamente sua vontade. Ora, tomar o sr. Leonel Brizola como pretexto para retardar a eleição do presidente da República é não querer usar a razão. Comprometer as corporações militares nesse jogo de lógica formal, matemática, dialética ou que nome se lhe queira dar fora da ciência, é esquecer o compromisso maior do soldado para com a Pátria, que é, sendo mudo, ser ao mesmo tempo o garante da normalidade na época de ameaça de quebra das instituições.

O presidente e os ministros militares estão se precipitando ao dar a entender que estão jogando o tudo pelo tudo. Os oficiais acostumados à moderna teoria dos jogos conhecem os riscos do jogo do tipo *soma zero*, em que só um pode ganhar. Como dizíamos há dias, se os ministros persistirem neste caminho de querer jogar *soma zero*, poderão encontrar um Congresso disposto a fazer o mesmo jogo. E então? Que sucederá? Para seu prestígio pessoal, será péssimo. Para o País, também, porque as corporações terão sofrido arranhão desnecessário em seu conceito profissional.

Foi providencial que o fim de semana não tivesse permitido levar à votação o sistema de governo, que definiria aproximadamente o resultado da votação em torno do mandato do presidente da República. A hora é de serenar os ânimos, ter os corpos erguidos para o alto e esperar. Não de provocar os demônios da ambição, que dormem no coração de todos os que já provaram as delícias do poder.